

REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS EM GEOGRAFIA: DA PAISAGEM COMO OBJECTIVO, ÀS LÓGICAS ESPACIAIS E MODIFICAÇÕES DO TERRITÓRIO

Paula Bordalo Lema

As representações espaciais são o cerne da Geografia desde que se deram os primeiros passos para a elaboração da cartografia. Os **mapas**, elaborados primeiro para se aperceber os contornos do mundo e, depois, para representar situações regionais ou locais, constituíram sempre um instrumento e uma técnica da geografia aplicada em diferentes contextos espaciais, tendo em vista as formas de ocupação e os limites do território, a organização da cidade ou os modos de implantação no espaço de pequenas comunidades humanas. Conhecida e representada a distribuição, associação e conexão dos factos físicos e humanos à superfície da Terra, o estudo da Geografia orientou-se para a sistematização dos conhecimentos sendo a **observação** no terreno o princípio metodológico primordial. Houve oscilações sucessivas quanto à escala de análise prioritária – geral, regional ou local? – e quanto à predominância dos **princípios metodológicos** – relevância dos estudos empíricos ou dos sistemas e teorias? A Geografia oscilou entre a primazia atribuída ao objectivo ou ao subjectivo, ao geral ou ao particular, à influência positivista ou à espiritualista e humanista, ao significado do colectivo ou do individual e singular, à explicação estruturalista ou à noção de especificidade de contextos localizados e circunscritos, entre a explicação e a compreensão. Incidindo na acção do homem sobre a Terra, na relação entre a **Sociedade e o Espaço**,

atendeu à interferência de diferentes perspectivas. Com a organização do **espaço**, constituem-se as **relações sociais**, cada vez mais complexas; porém, elas são **constrangidas através do espaço**, quer pela inércia que persiste ao longo do tempo, do "espaço construído" herdado, (*built environment*), quer por limitações impostas pelos riscos naturais; contudo, são também **mediatizadas através do espaço** pelas **representações espaciais**, individuais e colectivas, articulando-se diferentes **lógicas espaciais** com distinto tipo de impacto nas transformações do **território**. Desde a institucionalização da Geografia moderna, muitas correntes contribuíram para a questão da representação espacial mas o percurso não foi linear, destacando-se afirmações e reacções, diferentes tendências e alternativas.

1. A Geografia das Relações Espaciais entre a Natureza e a Sociedade

1.1. A Paisagem como objectivo da Geografia, com significado de representação do espaço. Humboldt marcou a institucionalização da Geografia como ciência que ganha um novo impulso em meados do século XIX. Demarcou-se, de facto, das tendências anteriores que a reduziam a relatos empíricos de factos observados em viagens por percursos desconhecidos ou a descrições de povoados atendendo aos modos de habitar e de viver, às formas de construir e de edificar sobre a superfície da Terra, sob condições naturais rigorosas nuns casos ou favoráveis noutros casos.

Humboldt preocupou-se com as relações entre fenómenos e factos **visíveis** à superfície da Terra, destacou o princípio da **integração** e **conexão** e acentuou a ideia de **harmonia da natureza** pelas relações entre os diferentes fenómenos, que se deveria inculcar na Humanidade, desenvolvendo uma concepção muito distinta da vigente no século XVIII.

Salientou a importância da **paisagem** que era mais do que um conjunto de aspectos visíveis mas, de facto, uma representação do espaço. Realçou o gozo estético da paisagem e, sem referir explicitamente a importância da percepção, destacava como carácter fundamental da paisagem a "simultaneidade de ideias, de sentimentos, de emoções que suscitam no observador" (H. CAPEL, 1981).

Humboldt revela uma sensibilidade perante a paisagem que era corrente nos naturalistas da época. O **sentido da natureza e da paisagem** reflecte-se em toda a sua obra, preocupando-se com a relação entre as grandes estruturas físicas e as actividades humanas e, por

exemplo, com a influência da natureza sobre a saúde humana, proclamando a esperança de que se chegará a esclarecer "as conexões entre o mundo material e o carácter moral e pessoal" (H. CAPEL, 1981, p. 15).

Viajante incansável através de muitos continentes, em especial a América Central e Sul, interessou-se pelo clima e sua influência sobre os seres humanos organizados, o aspecto e estrutura da paisagem, variada segundo a natureza do solo e do seu manto vegetal, a direcção das serras e dos rios que separavam as comunidades humanas; salientou "o reflexo das modificações da paisagem nos povos e nas circunstâncias mais ou menos favoráveis para o desenvolvimento das suas faculdades" (H. CAPEL, 1981). É assim realçada **a paisagem como representação do espaço** e a noção de que interagem o complexo de fenómenos físicos e os factos devidos à presença de comunidades humanas, realizados não só com objectivos de organização mas também movidos por sentimentos, ideias, percepções, individuais ou colectivas, e faculdades.

O gozo da natureza não impediu a forte consciência que tinha das condições de pobreza e injustiça social que evidenciavam os povos estabelecidos num quadro natural "estruturado pela conexão harmoniosa dos fenómenos físicos": "a vida do campo perde o seu atractivo quando é inseparável do aspecto de infelicidade da nossa espécie" (H. CAPEL, 1981, p. 16).

A sua obra fundamental que foi publicada em vários volumes a partir de 1845, *Cosmos*, trata do "conhecimento da conexão que existe entre as forças da natureza e o sentimento íntimo da sua mútua dependência". Na Introdução atende à diversidade da natureza e ao gozo que ela suscita e, a seguir, ao estudo das leis do Universo; considera, depois, as distintas etapas da configuração da imagem do Cosmos (Vol. II, 1847): primeiro, o reflexo do mundo exterior na imaginação do homem, em que estuda como os homens representam a natureza e os efeitos na sua imaginação, analisando para isso descrições da paisagem feitas por diferentes escritores e a influência da pintura da paisagem no estudo da natureza. Busca neste volume "a expressão do sentimento da Natureza entre os povos da antiguidade clássica e entre as nações modernas" (H. CAPEL, 1981, p. 28).

Humboldt é reconhecido como um autêntico precedente da "moderna geografia da **percepção**", "escrevendo magníficas páginas sobre essas **geografias pessoais** e sobre essas **imagens mentais** que às vezes fundam as suas raízes no mito e na lenda" (H. CAPEL, 1981,

p. 28): "existe, ao lado do mundo real ou exterior, um mundo ideal ou interior, cheio de mitos fantásticos e, algumas vezes, simbólicos e de formas cujas partes heterogêneas foram tomadas do mundo actual ou dos restos de gerações extintas" (COSMOS, Vol. III, 1874, p. 7).

1.2. A analogia com as Ciências Naturais sob a influência do Positivismo e do Evolucionismo. O Positivismo que se desenvolveu na Europa em meados do século XIX veio, a seguir, influenciar o pensamento de mestres relevantes da Geografia, sobrepondo-se também o impacto do evolucionismo e mais concretamente da obra de Darwin e dos primeiros criadores da ecologia biológica.

O Positivismo, aliado a uma posição naturalista, elegeu as **ciências da natureza** como modelo de todo o conhecimento científico que derivava logicamente da concepção monista do mundo.

A imaginação perde a sua antiga supremacia, subordinada agora à observação: as conexões naturais entre os fenómenos dominam o pensamento positivista, assim como a determinação de leis a partir das relações constantes que existem entre os fenómenos observados.

O monismo positivista opõe-se ao dualismo de origem cartesiana que admitia a distinção entre o mundo físico e o moral, e mais directamente ao dualismo kantiano; o monismo de base materialista reconhecia uma só realidade natural em que o mundo físico e o psíquico são duas faces ou manifestações distintas da mesma realidade.

A difusão do organicismo de base biológica foi alargada com o triunfo do evolucionismo, que foi uma "revolução copernicana" no século XIX propondo o abandono definitivo da concepção estática do mundo e sua substituição por outra dinâmica; estas ideias tinham-se esboçado lentamente desde o século XVIII em que por influências de Enciclopedistas como Diderot se realçou a grande potência criadora da vida, o seu poder de transformação que envolve os próprios seres humanos na escala do tempo que nada detém; passaram a ter uma longa difusão quando a concepção evolucionista se afirma, tanto na geologia como na astronomia, e tiveram uma rápida expansão com a publicação da *Origem das Espécies* (1859) de Charles Darwin (1809-1882).

Na segunda metade do século XIX a afirmação do carácter científico da Geografia foi intensamente modelada pelas **concepções positivistas e evolucionistas**. Friedrich Ratzel (1844-1904) foi o primeiro geógrafo que aderiu às contribuições do evolucionismo biológico e da organização ecológica, preocupando-se com as relações entre os

distintos organismos vivos e entre estes organismos, incluindo o homem, e o meio ambiente que tinha uma influencia dominante, principalmente nas organizações com caracter mais elementar.

O geógrafo que apresentou ideias muito específicas e singulares de tendência evolucionista foi J.J. Elisée Reclus (1868-1905). Realça a forte interferência da acção do homem e da sociedade, avaliando-a tomando como modelo a noção de equilíbrio da natureza; atende à natureza como referência, exemplo e modelo para a análise da organização (anarquista) da sociedade, destacando deste modo as dimensões de **harmonia, cooperação e simbiose**, em vez das tipicamente darwinistas de **competição, selecção e luta pela vida**. A obra de E. Reclus não teve continuidade imediata por falta de discípulos; nela se faz referência, pela primeira vez, à **Geografia Social** e, por isso, constitui um marco fundamental na Geografia que por princípio essencial questionou sempre a relação entre a Natureza e a Sociedade, pendendo cada vez mais para a perspectiva social não só através das actividades humanas, como das representações e comportamentos em relação ao espaço e à natureza.

1.3. A intencionalidade humana, a contingência e o Possibilismo na compreensão da Geografia. Nos finais do século XIX e princípios do século XX evidencia-se uma forte crise das concepções positivistas e o desenvolvimento de correntes neo-kantianas, espiritualistas e contingentistas. O abandono do monismo positivista corresponde a admitir novamente o dualismo cartesiano e mais especificamente kantiano. A posição kantiana entre natureza e história supõe também a aceitação de correntes espiritualistas, em oposição ao materialismo, admitindo-se que a apreensão da realidade só é possível através da consciência e da experiência. O "Historicismo" alcança um grande desenvolvimento como uma das mais importantes correntes da atitude autipositivista. Era aceitável considerar a Geografia como uma **ciência do singular**, integrando-se no pensamento kantiano que tinha frisado a individualização "das coisas de acordo com a sua localização sobre a Terra" e o papel da "descrição geográfica da natureza mostrando onde aparecem na Terra". "A História e a Geografia eram denominadas como uma descrição, com a diferença de que a primeira é uma descrição segundo o tempo e a segunda uma descrição segundo o espaço" (Kant: *Physische Geographie*, Ed. F.T. Rink, 1802). Considerou-se assim, ser essencial à Geografia uma **óptica corológica** que permite descrever e interpretar a inter-relação dos fenómenos, sua diferencia-

ção e variação à superfície da Terra, destacando-se de outras concepções de geografia, como a geografia geral que incidia na análise da superfície terrestre ou no estudo das relações homem-meio. Admite-se, no entanto, uma forte relação entre "geografia geral e a descrição de lugares particulares ou das paisagens", segundo A. Hettner (1927) que numa ambiciosa obra de conjunto (*Vergleichende Länderkunde*, Leipzig, Berlim, 1933-35) estabelece uma ponte entre os quadros românticos da natureza traçados por Humboldt e a nova geografia da paisagem que começava a despontar.

Em França o Historicismo influenciou uma noção de geografia proclamada por Vidal de La Blache (1845-1918) que foi a figura central da formação da escola geográfica francesa, reforçada com a ascensão a Professor da Escola Normal Superior de Paris em 1878 e à cátedra de Geografia na Sorbonne em 1898, de modo que foram muitos os seus discípulos por vários decénios e extensa a sua influência tanto a nível nacional como internacional. O princípio da "contingência em tudo o que se refere ao homem" e a noção de liberdade humana em relação ao meio são a base do "Possibilismo" frisado por V. La Blache em 1903, segundo o qual o homem utiliza as possibilidades que a natureza oferece de acordo com as suas necessidades e depois de uma decisão livre e conscientemente tomada; ao realçar a intencionalidade humana, destaca ao mesmo tempo a capacidade de transformação da paisagem. Considerando como campo de estudo tradicional da Geografia a superfície terrestre, V. La Blache expressou a noção de "meio (*milieu*)", significando não só o grau de adaptação mas também a capacidade de transformação forjada pelos grupos humanos. A observação e o trabalho de campo constituíam a base do estudo geográfico, apreendendo o espaço na sua totalidade, recorrendo a faculdades mesmo ditas não racionais mas muito importantes como a intuição; o objecto era a **realidade percebida na paisagem e a imagem da realidade através do mapa**. As **paisagens culturais** adquiriram muita importância e eram abrangentes, suscitando primeiro a ideia de transformação da paisagem por influência da acção humana, com a modificação das "paisagens naturais" em "paisagens culturais", através das relações com outras ciências como a pré-história e a arqueologia; provocando depois estudos mais complexos, atendendo a diferenciações espaciais relacionadas com factores linguísticos, sociais, étnicos, racionais ou religiosos e até políticos e ideológicos.

A "fisionomia da paisagem", termo utilizado por Vidal de La Blache, que denota uma clara raiz humboldtiana, era entendida como

reflexo das relações entre os fenómenos físicos e humanos, que permitia "estudar as expressões variantes que revestem segundo os lugares, à superfície da Terra" (V. La BLACHE, 1913).

O estudo morfológico da paisagem com uma base funcionalista foi um marco importante mas vieram sobrepor-se concepções mais amplas em que a componente subjectiva é mais relevante e que atendem não só às formas de organização do espaço mas ainda à vivência, percepção e representação do espaço, assim como ao comportamento, intencionalidade e decisões, individuais ou colectivas, no espaço.

1.4. O princípio da unidade da Geografia, a importância da paisagem que se vê e que se sente. Orlando Ribeiro, recusando relações causais lineares, afirmou o pensamento da Geografia moderna e desenvolveu uma obra de primeiro plano quanto à teoria da Geografia: quer do ponto de vista epistemológico, refutando posições extremas quanto à influência do determinismo natural da interpretação ecológica ou quanto ao poder organizador do homem e das sociedades; quer do ponto de vista metodológico, não reduzindo o estudo da paisagem à análise objectiva dos factos materializados e às formas visíveis mas atendendo também à interferência da representação, percepção e decisão, tanto quanto aos elementos construídos como quanto à reacção aos fenómenos do clima e dos estados do tempo, de secura ou de chuva, interpretados pelo sentir, os costumes ou tradições e motivando acções e reacções; quer do ponto de vista cultural, realçando a acção do homem que, de acordo com intenções e valores, aceitou e transformou o meio que já não é natural, integrando-o no seu património de civilização.

Orlando Ribeiro defende a **unidade** da Geografia, a partir da adopção do princípio da **unidade terrestre**. Atende ao estudo **integrado** dos fenómenos naturais e humanos que constituem aspectos da superfície terrestre, considerados na distribuição e relações recíprocas. É seu objectivo a "compreensão do espaço", "do modo como nele se organizam e interferem elementos naturais e humanos provenientes da capacidade criadora dos grupos humanos". "Os grupos humanos confrontados sempre com o quadro natural e com as modificações que nele introduzem, constituem as "chaves" da interpretação. Integração e síntese: a paisagem humanizada" (O. RIBEIRO, s/data).

Diversos exemplos revelam "a importância geográfica do homem e como numa ciência da Terra e das suas paisagens cabe aos seres humanos larga parte na explicação daquela e destas. Para além destes

O Conceito de Representação

factos visíveis da natureza e da humanidade, outros factos se descobrem e outros problemas se levantam".

... A "base é, na Geografia, a *paisagem*, aquilo que se vê e pode reproduzir-se. Porém, (n)a paisagem... além das suas formas próprias, há um complexo mundo de forças que nela vêm inscrever o resultado das suas acções. Por exemplo, o clima de uma região é conhecido por uma série de elementos meteorológicos obtidos pela medição de aparelhos registadores. Mas fala mais ao nosso espírito o aspecto da vegetação, que denuncia o grau de calor e humidade desse clima, do que as tabelas dos fenómenos atmosféricos. Ao geógrafo importa sobretudo *o que se vê*, isto é, a acção do clima na fisionomia das associações vegetais, na natureza das culturas, na localização das povoações... mas não despreza o clima *que se sente* através de todos estes seus reflexos visíveis". "Ora de modo semelhante se deve colocar o problema do âmbito da Geografia humana, restrita, para uns, ao estudo das obras humanas materiais e da acção do homem sobre a paisagem, ampliada, para outros, até à consideração das formas da cultura... como as crenças, costumes, tradições, sentimentos (que) podem ter expressão material na paisagem... (O. RIBEIRO, 1960, pp. 66-67).

2. As Representações Espaciais

Este tema é considerado hoje fundamental em Geografia suscitando numerosos estudos que focam uma grande diversidade de aspectos e problemas.

2.1. Diferentes Perspectivas. A *perspectiva ambientalista* desenvolveu-se na geografia anglo-saxónica e americana na década de 60, incidindo especificamente no tema do ambiente, tal como é percebido, e atendendo, nomeadamente, à reacção humana perante as cheias, as secas e outros fenómenos inesperados com que a sociedade se confronta. Outro objectivo em destaque é a qualificação do ambiente no espaço construído, considerando os valores normativos de bem-estar e de qualidade de vida no espaço urbano do ponto de vista dos habitantes urbanos.

A **perspectiva das identidades regionais** evidenciou-se em França onde havia uma forte tradição de estudos regionais desenvolvida a partir da Escola de Geografia francesa nas primeiras décadas deste século. Teve como principal preocupação as identidades regionais

reconhecidas através da relação-associação entre a geografia física e a geografia humana, admitindo a capacidade de adaptação, acção e transformação exercida pelos grupos humanos, que é configurada na noção de meio (dos lugares habitados) e da paisagem. Mais recentemente atendeu a uma multiplicidade de factores, como o conhecimento, a comunicação, o comportamento, a cultura, para analisar as identidades forjadas na região como espaço vivido através de experiências quotidianas ou de contactos, comunicação ou imagem.

Não só na França e na Alemanha, como na geografia anglo-saxónica e americana, verifica-se hoje um grande interesse por estudos que incidem no significado da paisagem e do lugar, na importância da cultura e da memória, na iniciativa, decisão e comportamentos que influenciam o grau de dinamismo da região, ou seja, o carácter da evolução na continuidade ou na mudança, que é evidenciado de modo diferente e em **contextos territorialmente circunscritos**, esboçando-se a partir desta perspectiva uma "**nova**" **geografia regional**.

É de destacar ainda a **perspectiva fenomenológica** que insiste na experiência, na consciência, na intencionalidade do sujeito, em oposição às perspectivas normativas. Atende à relação empática entre o sujeito e o espaço, ao sentido do espaço através das experiências vividas, individuais e subjectivas, e ao carácter simbólico.

A **tendência principal da geografia das representações espaciais** é considerar como a acção e a experiência do homem é indissociável das suas imagens mentais e como estas influenciam as suas práticas que, por sua vez, vão modificar o seu modo de viver e, portanto, o espaço. É um contributo importante para o estudo em profundidade das relações entre o homem e o espaço através das representações mentais e do imaginário, pretendendo-se assim ultrapassar as análises morfológicas e funcionalistas do espaço e introduzir o carácter simbólico na interpretação das práticas quotidianas no espaço e no território.

2.2. O Espaço Vivido, o Sentido do Lugar e da Paisagem. A **geografia humanista** que valoriza as representações espaciais rejeita a divisão rígida entre o mundo objectivo exterior e o mundo subjectivo pois que a coerência do mundo se relaciona com os nossos conceitos organizadores e é percebida consoante a nossa consciência; neste sentido o sujeito está implicado no processo de conhecimento do espaço e não há separação entre factos e valores.

O **espaço vivido** é a base espacio-temporal e cultural da experiência quotidiana. A importância e significado da experiência e da me-

O Conceito de Representação

mória na vivência humana e social no espaço depende do imaginário e de conceitos subjectivos da apreensão simbólica do espaço. Há um dualismo, uma dialéctica fundamental da experiência humana no espaço e no meio em termos de exterioridade-interioridade.

As **representações espaciais** estão relacionadas com sistemas de valorização e de identificação em relação ao espaço vivido interiorizado, que explicam as sensibilidades às paisagens, o que em termos globais é referido como sentido do lugar (*Sense of place*, Y. TUAN, 1974 e 1977, J. EYLES, 1985).

O **sentido do lugar** é uma relação de familiaridade e de empatia acompanhada da atribuição de valores que significam uma **topofilia** ou ligação afectiva dos indivíduos ao meio de vida e ao lugar (Y. TUAN, 1974, 1977).

A paisagem observada através da nossa visão provoca uma avaliação ou apreciação estética mas, além disso, a paisagem representa um espaço de vivência apreendido com um horizonte definido mas com forte relação de identificação. Por isso, é frequente a conotação de **paisagem** com **lugar**. Os acontecimentos, as experiências humanas são transpostas e sobrepostas nas paisagens que reflectem e reforçam a nossa identidade, individual, colectiva ou mesmo nacional.

A área em que investiga é para o geógrafo uma realidade que procura conhecer através de métodos de observação e de sistematização da informação. Imbuído de uma certa sensibilidade estética e de uma noção de sistema de valores conotados com a acção humana, apreende ao mesmo tempo o **sentido da representação do espaço** na paisagem que observa. Dificilmente se encontrará alguém que esteja em melhores condições para reconhecer a relação entre a Sociedade e o Espaço, quer no respeitante ao património natural ou construído, quer quanto ao significado das lógicas espaciais e do sentido do lugar, reproduzidos na paisagem por acção humana, individual ou colectiva, e da sociedade na organização do território.

2.3. A Paisagem como Representação Espacial e as relações entre o *significante* e o *significado*. A **paisagem** pode designar dois tipos de realidades. As realidades materiais são constituídas por elementos naturais, como os traços de relevo – falésias, colinas rochosas, declives de terreno – ou criadas pelo homem – sebes, sistemas de irrigação e de drenagem, terraços cultivados, construções. As realidades imateriais revelam-se pela percepção, estética e mental: são muito impor-

tantes porque condicionam a ideia que as pessoas formam sobre as qualidades do espaço que se apresenta sob os seus olhos.

Desde há muito tempo que a institucionalização da ciência geográfica foi afirmada, realçando como seu objectivo essencial o estudo da paisagem e enunciando ao mesmo tempo o princípio metodológico da observação a partir da "paisagem humanizada" (O. RIBEIRO, 1960).

Esta atitude é actualmente reforçada por alguns geógrafos que insistem nesse objectivo e mediante uma análise e interpretação ampla e diversificada: a **paisagem** é uma aparência e uma representação, ou seja, um conjunto de objectos visíveis, percebidos pelo sujeito através dos seus próprios filtros, preferências e fins. Atribui-se a maior importância à **paisagem percebida**, admitindo-se, quanto aos seus elementos que já existiam antes de se exercer a acção humana, que são componentes da paisagem desde que esta é percebida: só a **representação** os integra como paisagem.

As representações são variáveis segundo as sociedades e as pessoas, as culturas e os modos de vida.

Os geógrafos que defendem a importância da geografia cultural focam a paisagem segundo uma perspectiva diferente dos que atendiam a uma paisagem objectiva e aos elementos materiais que a compunham. Contrapõem outra atitude que considera a **paisagem como representação**. Neste sentido a paisagem é plena de valores, uns de conotação generalizada e outros específicos de culturas, classes, grupos ou pessoas. Tem um **valor de uso**, suscitando práticas sociais, facultando referências e mesmo o sentido de familiaridade com os lugares e até o valor afectivo ao património. Tem também um **valor de troca** quando se apresenta como impressionante atributo privilegiado de uma residência que se vende a elevado preço. Há também as **paisagens simbólicas** que evocam uma identidade nacional, regional ou local, através da imagem de um estereótipo que tanto pode ser um monumento como uma forma de relevo impressionante.

Na **leitura da paisagem** ressaltam sinais que não foram criados voluntariamente como expressão de um projecto mas são o resultado de uma multiplicidade de acções humanas. Trata-se de atender tanto às representações como aos seus elementos materiais, considerando a paisagem como produto da prática e da acção quotidiana que é própria da organização da sociedade, e reconhecendo indícios das estruturas económicas que estão associadas à paisagem que se revela. Assim, a paisagem como conjunto de indicadores diz muito sobre a sociedade que a produziu mas não de forma linear sem ambiguidades: alguns

indicadores estão apagados ou são remanescentes, enquanto outros são polisénicos e traduzem processos diferentes. Por isso, a paisagem não é um simples reflexo.

A paisagem corresponde a uma realidade complexa, o que não significa fluida. Tem uma importante componente subjectiva que não se presta a estatísticas e classificações, à maneira como a analisam os naturalistas ou os engenheiros.

O aspecto subjectivo da paisagem pode ser um suporte de acção permitindo suscitar verdadeiras dinâmicas. Há, pois, **duas atitudes perante a paisagem**. A primeira consiste em considerar que os elementos perceptíveis das paisagens resultam de actividades económicas e sociais que aí se exercem como **reflexo** de uma sociedade que utiliza técnicas agrícolas ou industriais ou redes de comunicação; esta concepção da paisagem é considerada "mecanicista" opondo-se a qualquer tentativa de acção e modificação. A segunda atitude consiste em pensar que a paisagem representa um conjunto de signos que são reflexo de uma realidade complexa; o conjunto de signos visuais de uma paisagem forma uma linguagem de que se substimou, durante muito tempo, a sua força de incitação, ou seja, o **poder de influenciar iniciativas diversas**.

2.4. As paisagens, as lógicas espaciais e as modificações do território.

A **paisagem rural** apresenta-se com grande complexidade, modelada por um tempo longo, por gerações sucessivas que procuraram tirar partido das possibilidades proporcionadas pela parcela de terreno, a qualidade do solo, as vantagens da exposição, a água disponível ou as manchas da vegetação. A diversidade das paisagens é grande e a cada uma delas corresponde um estilo de vida que se expressa na forma das parcelas, na arquitectura, na organização das aldeias. Os actores e agentes primordiais foram as comunidades rurais, embora depois se sobrepusessem as políticas do Estado, de ordenamento agrário ou de fomento agrícola e, mais modernamente, as políticas emanadas de organizações transnacionais, como a União Europeia com objectivos de redução selectiva da produção agrícola e, portanto, da área cultivada, suscitando como alternativa para as áreas rurais marginais outro tipo de uso para o turismo, a floresta ou a conservação da paisagem em Parques e Reservas Naturais.

A noção de **paisagem** engloba não só o **campo** como a **cidade**. Num mundo em que a mobilidade é crescente e os cidadãos se deslocam frequentemente ao campo por terem aí a sua residência, possuí-

rem terras ou por motivos de lazer, não é possível tratar o mundo rural independentemente do mundo urbano e inversamente. A globalização do espaço é considerada nos problemas actuais do ordenamento do território.

A **paisagem urbana** apresenta-se com aspectos específicos e conotações próprias. É a imagem de um espaço construído pelo homem num território de vida de relação e acção em função das suas necessidades económicas e sociais, das suas heranças culturais e dos elementos do meio que influenciaram o **sítio** original. Para além das comunidades de habitantes com relações de vizinhança, outros agentes intervieram na modelação da paisagem urbana. Os empresários, actuando individualmente ou através de sociedades de empreendimentos imobiliários, exerceram forte influência, tirando partido do **valor de troca** elevado proporcionado nos locais com uma posição estratégica, junto a um rio navegável, a uma linha de caminho de ferro, a grandes artérias de circulação, ou nos lugares centrais de elevada acessibilidade facultada pela disposição radial das vias de comunicação. A acção do Estado como factor poderoso da expansão da cidade teve também reflexos importantes patentes na paisagem urbana. O desenvolvimento da cidade foi incrementado com a centralização do **poder do Estado**, ao mesmo tempo que o planeamento urbano assumia importância no crescimento da capital; o apoio do Estado permitiu a instauração de novos espaços urbanos e o planeamento, propiciando o ordenamento do espaço, favoreceu processos de especulação imobiliária que se traduziram na transformação dos arredores da cidade em subúrbios residenciais, ao mesmo tempo que se alargava a **renovação urbana** no centro da cidade para intensificar o uso e o valor do solo urbano com a localização concentrada de estabelecimentos de comércio e serviços. Na paisagem urbana denotam-se claramente os sinais de intervenção dos diferentes agentes, quer nos contrastes, quer nos traçados e silhuetas, quer nas fachadas dos edifícios.

A cidade, além da qualidade visível do espaço construído apreciado na paisagem, representa experiências vividas e modos de relação entre os habitantes, diferentes graus de mobilidade no espaço e distintas lógicas espaciais. Compreender a **cidade** é, pois, compreender o que ela conota para os indivíduos e vice-versa, ou seja, o que eles projectam nela, o sentido que dela têm e que modifica as suas atitudes e comportamentos em relação a ela.

A primeira etapa da análise do espaço urbano é e sempre foi a descoberta da **paisagem urbana** que conduz a reflectir sobre a percep-

O Conceito de Representação

ção espontânea da paisagem, descobrindo a nossa relação com o meio urbano e as representações que daí emanam.

Depois há o descodificar da organização espacial global da cidade, para identificar os componentes consoante a maneira como apreendemos esse meio e as valorizações de que é portador. Reconhece-se então a **estrutura da cidade** tal como nós a representamos.

Um dos primeiros autores a filtrar a **imagem da cidade** foi K. Lynch (1960) que distinguiu assim uma tipologia de elementos da estrutura urbana:

- eixos estruturantes

- nós de confluência e de concentração entre os eixos

- limites e discontinuidades

- propriedades simbólicas – centralidade e marginalidade, bairros ricos e bairros pobres

- propriedades projectivas e temporais – áreas e centros históricos, faixas modernas, renovação urbana

- propriedades funcionais – funções e relação com formas construídas.

A **paisagem industrial** é muito diversificada pois que a localização da indústria tem uma ubiquidade crescente e está cada vez mais livre ("footloose") de factores determinantes, como foram a acessibilidade por vias navegáveis ou ao longo de linhas de caminho de ferro e a proximidade de recursos naturais como a floresta ou as riquezas mineiras do sub-solo.

Os espaços industriais devem-se principalmente à **iniciativa** dos empresários: os de pequenos capitais e de origem local ou os homens de negócios e grandes capitalistas que organizam empresas de vulto que persistem frequentemente ao longo de várias gerações constituindo grandes dinastias com actividades ramificadas em diversos sectores da economia.

Intervém também a acção do Estado, pois que, se, de facto, as aglomerações industriais devidas ao investimento público ou a sociedades mistas são pouco numerosas, a influência do **Estado** na localização e desenvolvimento de indústrias tem sido importante, mediante acções indirectas ou supletivas e nomeadamente: a regulamentação legislativa em vários domínios; a formulação de políticas incidindo na actividade económica, nas relações de trabalho, nos níveis de salários e de segurança social, na formação profissional e na criação de emprego e regulação dos mercados de trabalho; e ainda pela definição e implementação de planos de desenvolvimento sectorial e regional.

As **paisagens industriais** são de uma grande polisemia, distinguindo-se à primeira vista as concentrações industriais e as aglomerações industriais ou os complexos industriais, assim como as paisagens de indústria difusa. Estão hoje afastadas as teorias que as interpretavam com base em **critérios estritamente económicos** admitindo que estes orientavam a acção dos empresários. A viragem epistemológica e metodológica para as **interpretações de base fenomenológica** e a partir dos comportamentos individuais, em rede ou por grupos e tipos, incidiu também no estudo do espaço e da paisagem industrial e com particular intensidade por ter sido persistente e unilateralmente preponderante, durante muito tempo, a influência das teorias macroeconómicas e microeconómicas, baseadas em postulados teóricos racionalistas e abstractos.

2.5. A paisagem industrial diversificada: influência de factores económicos de localização ou distintas lógicas espaciais e representações do território de diferentes indivíduos ou grupos sociais? Quando se atende às decisões de localização no espaço, não são as características objectivas do espaço que importam mas as características percebidas que influenciam as relações do homem no espaço, ou seja, as suas **lógicas espaciais** consoante a **imagem** que o homem tem do espaço. Conta particularmente a experiência individual, de modo que cada um tem do espaço uma imagem específica em que os seus componentes se revestem de significações particulares. É difícil conhecer o processo de construção da imagem e as relações entre o significante e o significado mas verifica-se que o indivíduo e o empresário decidem a localização da sua actividade em função da informação que recebem, não estando esta conotada com o meio ou o espaço objectivo que é distinto do espaço e meio percebido: nem todos os sinais são recebidos; passam por um *filtro perceptual* de modo que, num primeiro nível, algumas potencialidades do espaço "real" não são ainda reveladas ou não parecem úteis ou utilizáveis num certo estado de desenvolvimento técnico ou económico e só terão significação posterior; num segundo nível, o indivíduo ou empresário selecciona, classifica, hierarquiza os sinais em função dos seus gostos, as suas experiências, as suas capacidades e aptidões pessoais. O status socio-económico, as características culturais, o nível de educação, a idade, o grau de aspirações, a personalidade, a localização (lugar onde habita) são importantes na variação pessoal do esquema e processo de percepção (segundo D. HUFF, 1960). Depois deste segundo crivo que é

O Conceito de Representação

muito selectivo, o indivíduo dispõe de uma imagem residual. Uma codificação final que é o código da comunicação perfaz um modelo simplificado do espaço em que actua. A percepção do espaço é variável consoante os indivíduos ou o tipo e a dimensão da empresa.

A importância da percepção, da imagem e da representação do espaço contrapõe-se ao critério do *homo oeconomicus* racional, substituindo-o pelo critério de **satisfação** que origina uma complexidade de atitudes de comportamento e de decisão em que interferem, além da visão e imagem geográfica a partir do local de residência, a faculdade de adaptação a novas condições estruturais ou conjunturais, a memória da experiência passada, a tendência para a repetição segundo "o mínimo esforço" ou a iniciativa de reacção a estímulos.

Um conceito considerado importante na actuação do empresário é o de *horizonte geográfico* que traduz a preferência pela proximidade do local onde vive ou onde estabeleceu a primeira empresa, pois que interferem de modo diferente, consoante os lugares e os indivíduos, as barreiras das redes de comunicação e as dificuldades de difusão da informação. A *relação de proximidade* é considerada assim um importante factor psicológico (M. GREENHUT), proporcionando um grau de satisfação ao empresário. É também variável o nível de aspirações do empresário em função do qual é avaliada a "*utilidade do lugar*" (J. WOLPERT) e o grau de *satisfação*. A necessidade do empresário de maior informação e de reformulação de objectivos relaciona-se com o nível de aspirações e dela dependem não só os esforços empreendidos para melhorar a sua actividade como a prontidão em reagir a indícios menos favoráveis à sua actividade. Assim, uma baixa de lucros não provoca sistematicamente o encerramento da empresa e a alternativa por uma localização mais favorável, dependendo do limiar de tolerância ou de satisfação que varia entre os empresários.

As representações mentais têm uma forte influência na decisão de localização do indivíduo ou do empresário que assume *preferências espaciais*. O papel da "experiência espacial" tem frequentemente um grande peso: não se atende apenas a uma relação de distância e proximidade física mas também à comunidade da língua, da cultura e de práticas sociais e, por isso, a proximidade de residência revela-se um factor importante na escolha da localização para exercer a actividade, principalmente quanto aos pequenos empresários. Toda a decisão de deslocação da empresa envolve a noção de incerteza e risco mas os comportamentos revelam frequentemente reacções habituais, imbuídas de empirismo, que tendem à minimização da incerteza,

optando-se por isso por localizações conhecidas que são as mais próximas ou as mais familiares salientadas nas representações mentais do espaço. A redução da incerteza resulta mais de reacções empíricas que influenciam o comportamento: é frequente a repetição de um comportamento anterior conhecido pela experiência passada de modo que o indivíduo ou empresário manifesta preferência por um lugar próximo da residência ou da sua primeira empresa; mesmo quando a mudança é inevitável, realocaliza-se o mais perto possível, para não romper os laços com o meio, o que equivale a reduzir a incerteza porque se dispõe de um melhor conhecimento pessoal e de informação sobre o meio onde se teve experiência concreta. Outro factor importante é a imitação que decorre frequentemente nas manchas de *indústria difusa*, em que uma empresa com um papel piloto suscitou a organização de outras pequenas empresas que vieram localizar-se na proximidade.

O *horizonte geográfico* e o *sentido do lugar* variam entre os indivíduos e entre os empresários pois que interferem não só o meio geográfico e as barreiras de informação e comunicação como também o status socio-económico, o grau de instrução, a idade, a experiência e a memória. Será, no entanto, o conceito de *utilidade* e *satisfação* apenas importante para o pequeno empresário isolado ou justifica também a acção e decisão do grande empresário, ainda que com outro alcance, diferente significação e significado? Para um industrial de uma pequena cidade que pretende construir uma fábrica ou empreender uma actividade produtiva orientada para o mercado, o seu horizonte geográfico limita-se frequentemente aos limites do concelho ou da região onde nasceu, viveu e donde não pensa sair. **As grandes concentrações industriais** que são constituídas por empresas de média e grande dimensão não configuram também o imperativo de minimizar os riscos e a incerteza? Resultam da repetição sucessiva de localização de empreendimentos que se revelaram anteriormente satisfatórias e rendíveis e reflectindo, portanto, a decisão de instalar a fábrica numa área conhecida, imitando outros empresários, ou de alargar o empreendimento expandindo a fábrica no mesmo lugar. **A industrialização difusa** evidencia-se na paisagem como uma malha de pequenas empresas independentes mas com relações de proximidade; não revelam imperativos de concentração mas formas de aglomeração em mancha difusa de malha larga que sucessivamente se alarga e se difunde ao longo de um vale ou de uma via de comunicação. A imitação foi aqui um factor de localização mas também preponderaram a

O Conceito de Representação

necessidade de relações de complementaridade e mesmo de interacção e troca de semi-produtos e de informação, que são propiciadas e facilitadas pela proximidade.

Mesmo num espaço alargado pela extensão e intensidade dos sistemas de transportes, comunicação e informação, como o da Europa do Mercado Comum, as relações de *proximidade* e o *horizonte geográfico* não deixam de exercer uma influência importante na organização da actividade económica como a indústria.

Os industriais ingleses que se implantaram em França começaram por se instalar de preferência nos bordos da Mancha, enquanto os empresários alemães preferiram a Alsácia. Numa segunda fase os comportamentos dos investidores industriais estrangeiros foram mais diversificadas, optando por localizações que não se revelam diferentes das manifestadas pelos industriais franceses e a geografia industrial da França modificou-se.

Na Europa a instalação de novas e modernas infra-estruturas rodoviárias que constituem grandes eixos de circulação transfronteiriça e transnacional, segundo os objectivos da União Europeia, suscitou a localização de empresas industriais multinacionais ao longo dessas vias. No entanto, além desta rede de eixos, persiste e aumenta a trama polinucleada constituída pelas cidades industriais, como Lyon, onde se aglomeram pequenas, médias e até grandes indústrias criadas por empresários de origem e visão local que aproveitam sinergias ou imitação devidas à tradição industrial local. Principalmente quanto aos pequenos e médios empresários é pouco frequente a preferência espacial e a atracção nas decisões de localização pelas grandes vias estruturantes do espaço europeu transnacional. Assim, mesmo num espaço em que a mobilidade e a difusão da informação foram incrementadas, as **representações espaciais** são diferentes, assim como as **lógicas espaciais** e os modos de **modificação do território**.

Em Portugal têm persistido diferenciações regionais nos modos e formas de organização do território, nomeadamente entre o Norte e o Sul, o Litoral e o Interior. Não se têm verificado, de facto, grandes alterações nos padrões e ao interrogarmo-nos sobre esta questão não podemos deixar de atender aos factores de decisão e acção que se geram e se inscrevem a nível individual e local articulados com os conceitos e critérios de *horizonte geográfico* e *meio geográfico*.

O Complexo Industrial do Barreiro denota bem a acção de um empresário de vulto, Alfredo da Silva, que a partir de 1907 deslocou a sua primeira empresa localizada em Alcântara, instalando uma con-

centração industrial moderna que aproveitava as vantagens de um **sítio** favorável na margem sul do estuário do Tejo; houve uma expansão progressiva por várias fases, alargando-se o espaço ocupado ao longo do **cais do Barreiro** e mesmo até ao Lavradio; construíram-se novas pontes e, em meados da década de 50, o **porto que servia o complexo industrial do Barreiro** passou a ser o mais importante em tonelagem movimentada, a seguir ao de Lisboa e de Leixões. Entretanto, construíram-se **bairros operários** junto às antigas fábricas mas a cidade do Barreiro cresceria depois **para Sul do complexo industrial** até muito longe do porto, pela acção de empresas do sector imobiliário que construíram habitações em prédios de elevada altura, tornando-se a cidade do Barreiro num dormitório da **periferia de Lisboa**.

Mudou o Tempo e o Modo. Está actualmente em expansão um **Parque de Ciência e Tecnologia em Oeiras** que deverá congrega poderosas instituições públicas, para-públicas e privadas num megaprojecto patrocinado pelo **poder político** e segundo um **desenho** apropriado: no Tagus Park atribuiu-se uma posição central às actividades de I&D, núcleo que é circundado pela área reservada ao Ensino e Formação; deverá estender-se longitudinalmente a faixa destinada ao sector Empresarial e as franjas limítrofes foram concebidas como Áreas Verdes.

Entretanto, a industrialização em meio rural ou semi-rural expande-se sob a forma de **Industrialização Difusa** por iniciativa de agentes económicos locais com capitais e poupanças de origem local e familiar. Não surpreende, portanto, que as redes da Indústria Difusa tivessem crescido no **Norte Litoral** e no **Centro Litoral** com destaque para o Vale do Ave, concelhos de Paredes, Lousada e Felgueiras, concelhos de Vila da Feira, S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis, concelhos de Marinha Grande, Leiria e Alcobaça. Organizaram-se de forma diferente no *espaço* e no *tempo*, em distintos *meios* e *horizontes geográficos*, com diferentes raízes históricas, tradições e memórias. Têm características em comum e em especial fortes *relações de proximidade*: não só entre as fábricas mas também entre o estabelecimento industrial e a habitação; a contiguidade do espaço rural é outro aspecto característico, de tal modo que suscita problemas quanto à delimitação entre o que é urbano e rural e questões complexas de ordenamento territorial, nomeadamente quanto à programação e implementação de infra-estruturas não só da rede viária como da rede de saneamento básico e de equipamentos colectivos.

É clara a tendência para maior polisemia de **paisagens industriais**. Como objecto de estudo do geógrafo e considerando-as como **representações do espaço**, não podemos deixar de nos questionar sobre as

O Conceito de Representação

suas significações e significado... Reforço da **centralização do capital** ou disseminação de **iniciativas de base local** enraizadas na tradição e incentivadas com objectivos de complementaridade e pluriactividade?

Objectividade e Subjectividade na Representação e Lógica Espacial.

A dialéctica entre o específico – local ou regional – e o geral, entre o individual e o colectivo ou social, entre o contexto particular e a estrutura, entre o subjectivo e o objectivo, é uma questão sempre presente na geografia. O problema da perspectiva é constante no conhecimento e estudo geográfico, com maior ênfase modernamente quanto ao visível e, especificamente, à paisagem em que a antinomia objectivo – subjectivo está posta de lado.

"Nem o subjectivo deixa de se expor em regras objectivas, nem o racionalismo da espacialidade, a construção desta, se pode desligar do factor individual, acidental ou arbitrário" (A. MARQUES, 1993, p. 17). "Assim aparece-nos o perspectivismo como uma epistemologia aprisionada aos supostos de uma filosofia da representação... e da objectividade como pólo ou antípoda necessário da subjectividade de novo tipo" (p. 18). "Não se trata pois, quando se fala em perspectiva ou perspectivismo, de uma arbitrariedade sem regras expostas ou expôníveis *objectivamente*... mas, por outro lado, torna o fenómeno contingente e dependente do ser humano, na verdade do individual: é que estas regras referem-se às condições psicológicas e físicas da impressão visual e o modo como elas produzem efeito é determinado pela posição escolhida livremente de um *ponto de vista* subjectivo". "Esta é uma solidariedade, a da subjectividade e a das regras que a estruturam, que não se irá perder e condiciona todas as questões centrais que classicamente estão ligadas ao perspectivismo como a *verdade*, o *relativismo* ou a *objectividade*, quer esta assente em supostos pragmáticos, quer num neo-aprionismo" (p.19).

"O abandono da metafísica realista é um passo importante, pois não existe algo que seja como "um ponto de vista de nenhum sítio". Mas a seguir dever-se-á reconhecer que o quadro cognitivo, sem referência no seu exterior que funcione como o fundamento último da verdade ou da objectividade, terá de assentar num outro princípio de organização" (p.48).

Remontando a Kant na *Crítica da Razão Pura*, salienta-se a "representação mediadora", a qual "terá de ser pura (sem algo de empírico) e por isso de um lado *intelectual*, por outro lado *sensível*". "Esta actividade como função transcendental do sujeito ("uma arte

escondida nas profundezas da alma humana") atribui simultaneamente aos nossos conceitos, por ocasião da sua aplicação e até àqueles que estão mais desviados do empírico, uma determinada força cognitiva. Deste modo os conceitos recebem uma *sensibilização* especial e ganham uma inevitável capacidade cognitiva e interpretativa" (A. MARQUES, 1993, p. 57).

Bibliografia

- BAILLY, A., (1986), *Représentations Spatiales et Dynamiques Urbaines et Régionales*, Université du Québec, Montréal.
- et al., (1995), *Représenter la Ville*, Paris, Economica.
- BOULDING, K., (1956), *The Image*, Ann Arbor, Univ. of Michigan Press.
- BROOKFIELD, H., (1969), "On the Environment as Perceived". *Progress in Geography*, I..
- CABANEL, J., (1995), *Paysage, Paysages*, Évreux, J-P. de Monza et Min. de l'Environnement.
- CAPEL, H., (1981), *Filosofia y ciencia en la Geografía contemporánea*, Barcanova, Barcelona.
- COSGROVE, D., (1978), "Place, landscape and the dialectics of cultural geography". *Canadian Geographer*, 22, 66-72.
- DI-MÉO, G., (1987), "Objectivation et représentation des formations socio-spatiales: de l'acteur au territoire". *Annales de Géographie*, 537, 564-594.
- DOWNS, P., (1970), "Geographical Space Perception: Past Approaches Geography". *Trans. Inst. Brit. Geogs*, 50.
- ENTRIKIN, J., (1991), *The Betweenness of Place. Towards a Geography of Modernity*, London, Macmillan.
- EYLES, J., (1985), *Senses of Place*, Warrington, Silverbrook Press.
- FOUCAULT, M., (1966), *Les mots et les choses. Une archeologie des sciences humaines*, Paris, Galimard.
- FRÉMONT, A., (1976), *La Région, Espace Vécu*, Paris, PUF.
- Géographie économique et représentations*, GIP-RECLUS, Paris, Anhropos.
- GOULD, P., (1966), *On Mental Maps*, Michigan Univ. Community of Mathematical Geographers, Discussion Pap. 1.
- LEDROUT, R., (1972), *Les Images de la Ville*, Paris, Anthopos.
- HUFF, D., (1960), "A topographical model of consumer space preferences". *PPRSA*, Vol. 6.
- LYNCH, K., (1960), *The Image of the City*, Cambridge, M.I.T., Univ. Press.
- MANGALOL, C., (1980), *Logique de l'espace industriel*, Paris, PUF.

O Conceito de Representação

- MARQUES, A., (1993), *Perspectivismo e modernidade*, Lisboa, Vega.
- MENDOZA, J., JIMÉNEZ, J., CANTERO, N., (1982), *El Pensamiento Geográfico*, Madrid, Alianza Editorial.
- PRED, A., (1967), "Behaviour and Location". *Lund Studies in Geography*, Sér. B, 29.
- RIBEIRO, O., (1960), *Atitude e Explicação em Geografia Humana*, Porto, Galaica.
- Geografia Humana. Programa analítico*. Policopiado
- ROBIC, M., (Dir.), (1992), *Du Milieu a l'Environnement. Pratiques et représentations du rapport homme/nature depuis la Renaissance*, Paris, Economica.
- RODRIGUEZ, J., (1995), "A Agregação Espacial e a Teoria da Informação. Contribuição para uma melhor Representação Espacial". *II Congresso da Geografia Portuguesa*, Coimbra, Vol. I, 49-58.
- STRAWSON, P., (1979), *Individuals. An Essay in Descriptive Metaphysics*, London, Methuen.
- TENEDÓRIO, J., (1995), "Teledetecção em Geografia: Extração Automática do Contorno da Mancha construída a partir do Processamento Digital de Imagens, SPOT HRVHR", *II Congresso da Geografia Portuguesa*, Coimbra, Vol. I, 41-48.
- TUAN, Y., (1974), "Space and Place: Humanistic Perspective". *Progress in Geography*, Vol. 6, 213-52.
- (1975), "Images and mental maps", *Annals of Assoc. of. American Geographers*, 65, 205-214.
- (1977), "Space and Place: The Perspective of Experience", Minneapolis, Univ. of Minnesota Press.

Abstract

The analysis of space related to a positivist approach was influenced by methods of economics that first developed theories of spatial analysis grounded on homo oeconomicus. This conception is in fact today very reductive and thus criticized so that a more comprehensive approach is inevitable and enlarged considering not only economic variables but also social and cultural components, focusing spatial representations. As we look far back we are aware that spatial representations have been regarded as very important in Geography.

Resumé

L'analyse de l'espace reliée a une perspective positiviste a été influencée par la methodologie des économistes qui ont été les premiers a developper une théorie de l'analyse de l'espace sur la base de l'homo oeconomicus. Cette conception se revèle aujourd'hui très reductive et donc critiquée et substituée par une perspective alargée non seulement aux variables économiques mais aussi aux facteurs sociaux et culturels, orientée vers les représentations spatiales. A cet égard, on peut constater que depuis long temps les représentations spatiales ont été maîtrisées par la Geographie.